

**Institucional Crédito Privado Fundo de
Investimento Renda Fixa
CNPJ nº 07.996.510/0001-00
(Administrado pela BNY Mellon Serviços
Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019
e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e à Administradora do
Institucional Crédito Privado Fundo de Investimento Renda Fixa
(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Institucional Crédito Privado Fundo de Investimento Renda Fixa ("Fundo"), administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora"), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Institucional Crédito Privado Fundo de Investimento Renda Fixa em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados por meio da Instrução nº 555/14, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("ICVM 555/14").

Base para opinião com ressalvas

O Fundo possuía, em 31 de dezembro de 2019, R\$904 mil, correspondentes a 7,35% do seu patrimônio líquido, aplicados em imóveis. Conforme mencionado na seção "Outros Assuntos", as demonstrações financeiras do Fundo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria, datado de 4 de abril de 2019, com ressalvas: (a) a primeira ressalva está relacionada ao fato do Fundo ter recebido duas fazendas, em 07 de abril de 2016, relativas à execução das garantias de pagamento das cédulas de créditos bancários ("CCBs") emitidas pela Indústria de Papéis Sudeste S.A. Em 31 de dezembro de 2018, a Administradora apurou o valor recuperável dessas fazendas, no montante de R\$3.964 mil, tendo como base o laudo de avaliação datado de 2009 representando, portanto, uma defasagem significativa de tempo. Dessa forma, não foi possível, aos outros auditores independentes, obter evidência de auditoria suficiente e apropriada sobre o valor recuperável destes ativos em 31 de dezembro de 2018, nem determinar se havia a necessidade de ajustes sobre o saldo destes ativos e seus correspondentes impactos sobre o patrimônio líquido e o resultado do Fundo, relativo ao exercício findo nessa data. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administradora contabilizou uma perda sobre os referidos imóveis, no montante de R\$3.060 mil, equivalentes a 19,87% do seu patrimônio líquido, em 29 de março de 2019, tendo como base um laudo de avaliação, datado de 21 de dezembro de 2018, elaborado por terceiros. Posteriormente um novo laudo foi elaborado por terceiros e datado de 4 de fevereiro de 2020, que corroborou o valor anteriormente reconhecido. Verificamos, no entanto, que o laudo de avaliação de uma das referidas fazendas contemplava uma área superior àquela referente a propriedade do Fundo, em 31 de dezembro de 2019. Até a data de emissão do nosso relatório de auditoria não nos foi disponibilizado o laudo de avaliação ajustado à área correta de propriedade do Fundo.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Consequentemente, não nos foi possível concluir e, desta forma, não estamos concluindo, sobre a adequação do valor da perda constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e sobre a adequação de sua contabilização, integral e exclusivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e (b) a segunda ressalva está relacionada ao fato do Comitê de Crédito da Administradora ter deliberado, em 28 de novembro de 2018, o aumento da provisão para desvalorização dos créditos vencidos de emissão da Zoomp S.A., para 100%, impactando o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em R\$ 1.805 mil, correspondentes a 8,82% do patrimônio líquido do Fundo nessa data. Estes créditos foram motivo de ressalva nas demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2017, pois, em razão das incertezas inerentes à determinação do valor recuperável desse ativo, assim como desfecho das ações judiciais em que o Fundo estava envolvido em função das tentativas de recuperação destes créditos junto ao seu emissor, não foi possível aos outros auditores independentes obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca do valor justo deste ativo naquela data. Desta forma, não foi possível aos auditores independentes determinar a correta competência e, consequentemente, eventual necessidade de ajuste na provisão reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência dos possíveis efeitos desses assuntos sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Existência e valorização dos ativos financeiros

Conforme divulgado na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, o Fundo mantinha, em 31 de dezembro de 2019, R\$11.148 mil, equivalentes a 90,66% de seu patrimônio líquido, investidos em títulos públicos federais, que são ativos financeiros mensurados ao valor justo com base em cotações de preços de mercado divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, e que são registrados e custodiados em suas respectivas câmaras custodiantes.

Em função da representatividade dos saldos destes ativos financeiros em relação ao patrimônio líquido do Fundo, consideramos a sua existência e valorização como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria aplicáveis aos títulos públicos federais incluíram, entre outros: (i) teste de existência realizado por meio do confronto das posições em aberto na carteira do Fundo, em 31 de dezembro de 2019, com as informações das câmaras custodiantes; e (ii) teste de valorização dos ativos financeiros em aberto na carteira do Fundo, em 31 de dezembro de 2019, por meio do recálculo do valor justo com base nas cotações de preços de mercado divulgadas pela ANBIMA.

Com base nos procedimentos de auditoria supracitados, consideramos os valores dos referidos ativos financeiros aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras do Fundo tomadas em conjunto.

Ênfase

Desenquadramento da carteira de ativos do Fundo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Fundo possuía, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$904 mil, correspondentes a 7,35% do seu patrimônio líquido, representado por imóveis, referentes a execução das garantias de pagamento de cédulas de crédito bancário vencidas. Dessa forma, o Fundo encontrava-se desenquadrado, em 31 de dezembro de 2019, em relação ao disposto nos artigos 2º e 3º da instrução nº 555/14 da CVM, que determina que um fundo de investimento é destinado à aplicação em ativos financeiros. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do Fundo, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 4 de abril de 2019, contendo ressalvas relacionadas aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas" e ênfase relacionada ao desenquadramento devido ao fato do Fundo possuir investimentos em imóveis recebidos pelo Fundo referentes a execução de garantias de pagamento de cédulas de crédito bancário vencidas.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela ICVM 555/14 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável, no contexto das prerrogativas previstas na ICVM 555/14, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ



Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

Institucional Crédito Privado Fundo de Investimento Renda Fixa

CNPJ: 07.996.510/0001-00

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Quantidade	Custo total	Valor justo/realização	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				
Banco Bradesco S.A.			1	-
Cotas de fundos				
Renda fixa:		2.934	2.949	23,98
BNY Mellon ARX Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	339.141	1.467	1.475	11,99
BNY Mellon ARX Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI V	486.866	1.467	1.474	11,99
Títulos e valores mobiliários de renda fixa		13.149	13.147	106,91
Títulos públicos federais pós-fixados:				
Letras Financeiras do Tesouro	1.065	11.150	11.148	90,66
Títulos e valores mobiliários privados pós-fixados				
Debêntures simples públicas:				
Celulose Irani S.A.	1.922	1.999	1.999	16,25
Imóveis				
			904	7,35
Fazenda São Domingos			504	4,10
Fazenda Velhas e Ventenas			400	3,25
Valores a receber			-	-
Títulos privados pós-fixados:				
Cédulas de crédito bancário vencido:			64.066	520,95
Zoomp S/A			28.649	232,96
Industria de Papeis Sudeste Ltda			13.806	112,26
Alutech Alumínio Tecnologia Ltda - em Recuperação Judicial			9.956	80,96
Newpet Industria e Comercio de Plasticos e Metais Ltda			5.017	40,80
Eletrodireto S.A. Central de Servicos			3.724	30,28
Julian Marcuir Industria e Comercio Ltda			1.912	15,55
Imprinta Express Grafica e Editora Ltda			1.002	8,15
(-) Provisão para desvalorização			(64.066)	(520,95)
Zoomp S/A			(28.649)	(232,96)
Industria de Papeis Sudeste Ltda			(13.806)	(112,26)
Alutech Alumínio Tecnologia Ltda - em Recuperação Judicial			(9.956)	(80,96)
Newpet Industria e Comercio de Plasticos e Metais Ltda			(5.017)	(40,80)
Eletrodireto S.A. Central de Servicos			(3.724)	(30,28)
Julian Marcuir Industria e Comercio Ltda			(1.912)	(15,55)
Imprinta Express Grafica e Editora Ltda			(1.002)	(8,15)
Títulos privados pre-fixados:				
Cédulas de crédito bancário vencido:			32.878	267,34
Industria de Papeis Sudeste Ltda			9.871	80,27
Eletrodireto S.A. Central de Servicos			8.401	68,31
Zoomp S/A			7.447	60,55
Expresso Cruzeiro do Sul Ltda			3.786	30,79
Ebate Construtora Ltda			3.373	27,43
(-) Provisão para desvalorização			(32.878)	(267,34)
Zoomp S/A			(7.447)	(60,55)
Industria de Papeis Sudeste Ltda			(9.871)	(80,27)
Eletrodireto S.A. Central de Servicos			(8.401)	(68,31)
Expresso Cruzeiro do Sul Ltda			(3.786)	(30,79)
			(3.373)	(27,43)
Valores a pagar			(4.703)	(38,24)
Taxa de administração			(10)	(0,08)
Demanda judicial			(4.665)	(37,93)
Outros			(28)	(0,23)
Patrimônio líquido			12.298	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Institucional Crédito Privado Fundo de Investimento Renda Fixa

CNPJ: 07.996.510/0001-00

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações da evolução do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)

	2019	2018
Patrimônio líquido no início dos exercícios		
59.213.271,48 cotas a R\$ 0,345527	20.460	-
59.213.271,48 cotas a R\$ 0,370976	-	21.967
	<u>20.460</u>	<u>21.967</u>
Patrimônio líquido antes do resultado dos exercícios	<u>20.460</u>	<u>21.967</u>
Composição do resultado dos exercícios		
Cotas de fundos		
Resultado com aplicações em cotas de fundos	<u>266</u>	<u>369</u>
Renda fixa e outros títulos e valores mobiliários	<u>628</u>	<u>(1.202)</u>
Apropriação de rendimentos e valorização/desvalorização a valor justo	628	(1.204)
Resultado nas negociações	-	2
Imóveis		
Desvalorização com imóveis	<u>(3.060)</u>	<u>-</u>
Receitas		
Receitas diversas	<u>1</u>	<u>-</u>
Despesas	<u>(5.996)</u>	<u>(674)</u>
Taxa de administração	(138)	(218)
Serviços contratados pelo Fundo	(934)	(237)
Provisão de perdas para demandas judiciais	(4.665)	-
Auditoria e custódia	(64)	(49)
Publicações e correspondências	(2)	(2)
Taxa de fiscalização	(9)	(11)
Despesas diversas	(184)	(157)
Resultado dos exercícios	<u>(8.162)</u>	<u>(1.507)</u>
Patrimônio líquido no final dos exercícios		
59.213.271,48 cotas a R\$ 0,207682	12.298	-
59.213.271,48 cotas a R\$ 0,345527	<u>-</u>	<u>20.460</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Institucional Crédito Privado Fundo de Investimento Renda Fixa ("Fundo") foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 15 de setembro de 2006. O Fundo tem como objetivo investir, preferencialmente, em operações nos mercados de crédito, tais como: certificados de recebíveis imobiliários, cédulas de crédito bancário, notas promissórias comerciais, debêntures, dentre outros títulos de dívida privada, buscando rentabilidade superior à variação do CDI, no médio e longo prazos.

A gestão da carteira de investimentos do Fundo compete à Brasil Plural Gestão de Produtos Estruturados Ltda. ("Gestora").

O Fundo destina-se, exclusivamente e em conformidade com o seu regulamento, a receber investimentos de titularidade de seus atuais cotistas: BNY Mellon Douro Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, Fundo de Investimento Multimercado Celos Crédito Privado e BES Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado.

O BNY Mellon Douro Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado teve sua denominação alterada para Douro Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado e foi encerrado em 26 de setembro de 2014 e o Fundo de Investimento Multimercado Celos Crédito Privado teve sua denominação alterada para Fundo de Investimento Multimercado Celos II Crédito Privado e foi encerrado em 2 de maio de 2012, sendo que os cotistas exclusivos de tais fundos passaram a ser cotistas do Fundo após o encerramento.

Os investimentos em fundos de investimento não são garantidos pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora"), pela Gestora ou por qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Dessa forma, os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se tornar negativo.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução da CVM nº 555/14, incluindo as normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI e as orientações emanadas da CVM.

Na elaboração destas demonstrações financeiras, premissas e estimativas de preços foram utilizadas para contabilização e determinação dos valores dos títulos e valores mobiliários privados integrantes da carteira de investimentos do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Reconhecimento de receitas e despesas

A Administradora adota o Princípio de Competência dos Exercícios Societários ("regime de competência") para fins do registro das receitas e despesas do Fundo.

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b. Títulos e valores mobiliários

Conforme disposto na Instrução CVM nº 577/16, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação dos cotistas, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

i. Títulos para negociação

Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados ao valor justo, sendo os ganhos e/ou as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos diretamente no resultado; e

ii. Títulos mantidos até o vencimento

Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

- Que o fundo de investimento seja destinado, exclusivamente, a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, sendo estes últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM relativa aos fundos de investimento; e
- Que todos os cotistas declarem, formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo de investimento, a sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo de investimento como mantidos até o vencimento.

Títulos e valores mobiliários de renda fixa

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, sendo ajustados diariamente ao valor justo. Os títulos públicos federais são ajustados ao valor justo com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos e valores mobiliários privados são ajustados ao valor justo com base na melhor estimativa da Administradora do valor esperado de realização.

Os ganhos e/ou as perdas são reconhecidos no resultado na rubrica "Apropriação de rendimentos e valorização/(desvalorização) a valor justo". Os lucros e/ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor justo do título no dia anterior, sendo reconhecidos na rubrica "Resultado nas negociações", quando aplicável.

O valor de custo dos títulos e valores mobiliários de renda fixa integrantes da carteira de investimentos do Fundo, apresentado no demonstrativo da composição e diversificação da carteira, representa o valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração apurada na data de aquisição, deduzido das amortizações e/ou dos juros recebidos, quando aplicável.

Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informado pela Administradora, e estão classificadas na categoria de "Títulos para negociação". A valorização e/ou a desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas na rubrica "Resultado com aplicações em cotas de fundos".

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b. Valores a receber

Os valores a receber apresentados no demonstrativo da composição e diversificação da carteira representam, substancialmente, as parcelas vencidas das cédulas de crédito bancário, que estão sob cobrança judicial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, que foram integralmente provisionados pela Administradora em função da baixa expectativa de realização destes ativos.

c. Imóveis

Em 7 de abril de 2016, foi contabilizado, no Fundo, os imóveis provenientes da execução de garantias relacionadas aos certificados de crédito bancário que haviam sido emitidos pela Indústria de Papéis Sudeste Ltda. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Fundo avaliou o valor recuperável dos referidos imóveis com base em laudo emitido, em 21 de dezembro de 2018, por uma empresa terceira especializada que avaliou os correspondentes valores recuperáveis, da Fazenda São Domingos em R\$ 900 e da Fazenda Velhas e Ventenas em R\$ 1.200, tendo o Fundo, respectivamente, 56% e 33,3% de participação, ou seja, R\$ 504 e R\$ 400, conforme demonstrado na nota explicativa 4, contabilizando, dessa forma, perdas de R\$3.060. A mesma empresa terceira especializada elaborou outro laudo de avaliação, emitido em 4 de fevereiro de 2020, para os referidos imóveis, chegando a montantes similares aos acima informados.

d. Valores a pagar

O valor a pagar de R\$ 4.665, apresentados no demonstrativo da composição e diversificação da carteira, se refere ao provisionamento dos honorários de sucumbência nos embargos à execução do processo 1063726-68.2013.8.26.0100 e custas judiciais, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de "Títulos para negociação" e suas respectivas faixas de vencimento são classificados como segue:

Títulos para negociação	Valor justo	Faixas de vencimento
Cotas de fundos	<u>2.949</u>	-
Títulos de renda fixa:		
Títulos públicos federais pós-fixados:		
Letras Financeiras do Tesouro	<u>11.148</u>	Após 1 ano
Valores mobiliários privados pós-fixados:		
Debêntures simples públicas	<u>1.999</u>	Após 1 ano
Total	<u>16.096</u>	

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Outros	Valor esperado de realização	Faixas de vencimento
Imóveis:		
Fazenda São Domingos	504	-
Fazenda Velhas e Ventenas	400	-
Total	904	

Valores a receber	Valor esperado de realização
Títulos de renda fixa:	
Títulos privados pós-fixados:	-
Cédulas de Crédito Bancário	64.066
(-) Provisão para desvalorização (i)	(64.066)
Títulos privados prefixados:	-
Cédulas de Crédito Bancário	32.878
(-) Provisão para desvalorização (i)	(32.878)
Total	-

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Títulos	Emissor	Valor das parcelas vencidas	Provisão para desvalorização	Provisão para desvalorização (%)	Racional da provisão
CCB	Zoomp S.A. - Pós-fixado	R\$ 28.649	R\$ (28.649)	100%	Em março de 2009 a Zoomp S.A. entrou em recuperação judicial e o Fundo foi listado como credor extraconcursal. O Fundo, através de seu assessor legal, entrou com o pedido de habilitação do crédito como concursal, mas o pedido foi indeferido. A provisão reflete a baixa expectativa de recuperação do crédito. Em 28 de novembro de 2018 o Comitê de Crédito da Administradora deliberou o aumento da provisão para desvalorização de 95% para 100%.
CCB	Zoomp S.A. - Prefixado	R\$ 7.447	R\$ (7.447)		
CCB	Newpet Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. - Pós-fixado	R\$ 5.017	R\$ (5.017)	100%	Em agosto de 2012, a Newpet Indústria e Comércio de Plástico Ltda. teve seu pedido de recuperação judicial deferido. Em maio de 2015 o plano de recuperação judicial (PRJ) apresentado foi homologado e o fundo foi listado como quirografário. O Fundo entrou com agravo contra o PRJ e a sua homologação, o que foi julgado improcedente. Os pagamentos do PRJ se iniciaram em agosto de 2019 e o Fundo recebeu aproximadamente R\$ 56. Fundo possui também ação de execução contra os avalistas.
CCB	Alutech Alumínio Tecnologia Ltda.- Pós-fixado	R\$ 9.956	R\$ (9.956)	100%	Em setembro de 2014 a Alutech Alumínio Tecnologia Ltda. teve seu pedido de recuperação judicial deferido. O Fundo foi listado como credor concursal, o que motivou a apresentação de impugnação com o objetivo de reclassificação para classe extraconcursal. Em 2019 o plano de recuperação judicial foi homologado. O Fundo interpôs agravo contra essa decisão. O Fundo também possui ação de execução contra os avalistas.
CCB	Expresso Cruzeiro do Sul Ltda. - Prefixado	R\$ 3.786	R\$ (3.786)	100%	Em dezembro de 2009, o Fundo ajuizou ação de execução em face da Expresso Cruzeiro do Sul Ltda. e das avalistas. No âmbito da execução, foi registrada a penhora de um imóvel que pende de avaliação. A provisão reflete a baixa expectativa de recuperação do crédito.
CCB	Indústria de Papéis Sudeste Ltda. - Pós-fixado	R\$ 13.806	R\$ (13.806)	100%	Em outubro de 2008 foi deferido pedido de recuperação judicial da Indústria de Papéis Sudeste Ltda. Em novembro de 2017 foi homologado aditivo ao plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia e o Fundo não estava listado na relação de credores. Em julho de 2018 foi distribuída habilitação retardatária do Fundo com intuito de incluir o crédito na classe quirografária. O Fundo possui ainda ação de execução em face da Devedora e dos avalistas. A provisão reflete a baixa expectativa de recuperação do crédito.
CCB	Indústria de Papéis Sudeste Ltda. - Prefixado	R\$ 9.871	R\$ (9.871)	100%	

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Títulos	Emissor	Valor das parcelas vencidas	Provisão para desvalorização	Provisão para desvalorização (%)	Racional da provisão
CCB	Eletrodireto S.A. - Central de Serviços - Pós-fixado	R\$ 3.724	R\$ (3.724)	100%	Em maio de 2008 a recuperação judicial da Eletrodireto S.A. - Central de Serviços. foi convalidada em falência e o Fundo foi habilitado na classe de garantia real. A provisão reflete a baixa expectativa de recebimento do crédito.
CCB	Eletrodireto S.A. - Central de Serviços - Prefixado	R\$ 8.401	R\$ (8.401)	100%	
CCB	Ebate Construtora Ltda. - Prefixado	R\$ 3.373	R\$ (3.373)	100%	Em julho de 2010, o Fundo ajuizou ação de execução em face da Ebate Construtora Ltda. e dos coobrigados. No âmbito da execução, foi registrada a penhora de quinhões de imóveis que pendem de avaliação e o bloqueio de valores irrisórios comparados a dívida. A provisão reflete a baixa expectativa de recuperação do crédito.
CCB	Julian Marcuir Indústria e Comércio Ltda. - Pós-fixado	R\$ 1.912	R\$ (1.912)	100%	Em agosto de 2010, o Fundo ajuizou ação de execução em face da Julian Marcuir Indústria e Comércio Ltda. e dos avalistas. No âmbito da execução, foi deferida a penhora sobre dois imóveis e o arresto de um imóvel, todos com gravames anteriores registrados. A provisão reflete a baixa expectativa de recuperação do crédito.
CCB	Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda. - Pós-fixado	R\$ 1.002	R\$ (1.002)	100%	Em abril de 2012 a recuperação judicial da Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda. foi convalidada em falência e o Fundo foi habilitado na classe quirografária. O Fundo possui ainda ação de execução em face dos avalistas. No âmbito da execução, foram registradas penhoras sobre imóveis que pendem de avaliação, um automóvel e cotas de empresa. A provisão reflete a baixa expectativa de recebimento do crédito.
Total		R\$ 96.944	R\$ (96.944)		

- (i) As provisões para desvalorização sobre as parcelas vencidas apresentadas em “valores a receber”, no montante total de R\$ 96.944, respectivamente, foram constituídas pela Administradora para refletir o valor provável de realização destes títulos.

Em 31 de dezembro de 2019, o Fundo não mantinha títulos classificados na categoria de "Títulos mantidos até o vencimento".

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo pode utilizar estratégias com instrumentos financeiros derivativos como parte de sua política de investimentos, exclusivamente para fins de *hedge*, limitado à exposição de até uma vez o valor do seu patrimônio líquido.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

6 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

O Fundo está exposto aos riscos de mercado, crédito e de liquidez, conforme descrito a seguir:

Mercado

As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado, resultando em alterações nas taxas de juros e de câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Fundo. O valor dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. A redução ou o aumento nos preços dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo podem ser temporários, não existindo, portanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados.

Ao utilizar operações com instrumentos financeiros derivativos, o risco de mercado pode ser ampliado por meio de posições direcionais e alavancagem ou reduzido por meio de operações de *hedge*. Como os recursos necessários para efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos são apenas para depósitos de margem ou prêmios de opções, caso seja permitido ao Fundo alavancar posições, na hipótese de grandes oscilações no mercado, este poderá incorrer em perdas superiores ao valor do seu patrimônio líquido. Existe também o risco de distorção do preço entre o derivativo (instrumento de *hedge*) e seu ativo objeto para as operações de *hedge*, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas.

Crédito

Consiste no risco de a contraparte, em algum instrumento financeiro, não honrar os pagamentos devidos ao Fundo.

O fundo de investimento classificado como "crédito privado" está sujeito a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido caso ocorram eventos que acarretem a não realização dos ativos integrantes de sua carteira de investimentos, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do fundo.

Liquidez

Consiste no risco de o Fundo não honrar suas obrigações ou os pagamentos de resgates nos prazos previstos no seu Regulamento. Esse risco é associado ao grau de liquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo e aos prazos previstos para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019, o Fundo mantinha R\$ 1.999, correspondentes à 16,25% do seu patrimônio líquido investido em debêntures, que podem vir a ter baixa liquidez no mercado secundário. Consequentemente, caso o Fundo precise, eventualmente, alienar parcela significativa ou a totalidade desses investimentos para o pagamento de resgates de cotas no prazo descrito na nota explicativa nº 7, poderá não possuir capacidade financeira suficiente para honrar com o prazo estabelecido em seu regulamento e/ou poderá ter que alienar esses investimentos por valor inferior ao esperado.

b. Controles relacionados aos riscos

O controle do risco de mercado é baseado na perda máxima aceitável projetada para o Fundo, de modo a evitar que incorra em risco excessivo. Entende-se por risco excessivo a manutenção de posições em carteira que gerem perdas projetadas superiores aos limites preestabelecidos pela Administradora, de acordo com a realização dos controles de valor em risco ("*Value at Risk* - VaR"). Os limites de VaR são estabelecidos como percentual do patrimônio líquido, bem como diferentes fatores de risco. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento a critério da Administradora.

A avaliação do risco de crédito é efetuada pela Gestora e pela Administradora, que efetua o monitoramento dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável. Em caso de ocorrência de algum *default* no pagamento desses eventos, a capacidade financeira do emissor ou da contraparte é avaliada pelo Comitê de Crédito da Administradora, onde são tomadas decisões para a constituição ou não de provisão para perdas.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando-se um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

Embora seja mantido sistema de gerenciamento de risco dos investimentos Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e, consequentemente, para os cotistas.

c. Análise de sensibilidade

O VaR é uma métrica de risco que informa a perda financeira esperada em cenários em que se considera a dinâmica e correlações entre os fatores de risco que incidem sobre a carteira de investimentos do Fundo. A modelagem utilizada é um VaR paramétrico que se baseia no conhecimento prévio de uma distribuição estatística para fazer o cálculo das perdas financeiras com base em hipótese de comportamento da distribuição de probabilidades dos retornos dos ativos. Para o cálculo do VaR, a Administradora assume um intervalo de confiança de 97,5%, horizonte de 1 dia e uma janela de observações de 300 dias úteis para as séries dos fatores de risco. Volatilidades e correlações são calculadas a partir de uma metodologia de ponderação exponencial em médias móveis (*Exponential Weighted Moving Average* - EWMA com λ 0,94). O VaR associado a cada grupo de fatores de risco é calculado a partir de uma metodologia em Delta Normal onde se calcula a exposição marginal/pontual de cada ativo da carteira a cada fator de risco.

Limitações do modelo: o VaR assume que ocorrências passadas explicam consistentemente a evolução das volatilidades e das correlações futuras, o que pode não ocorrer, principalmente, quando existem poucos registros na amostra. Sendo assim, a metodologia não é capaz de sensibilizar a métrica a eventos exógenos tais como mudanças de legislação, eventos políticos relevantes, choques de produtividade, eventos climáticos não sazonais, entre outros. Além disso, a metodologia assume que a distribuição de probabilidade do retorno da carteira é Gaussiana, o que só ocorre consistentemente quando uma série de premissas teóricas são observadas em conjunto.

É utilizado o valor das cotas dos fundos de investimento não administrados pela Administradora como fatores de risco (posição à vista em *Equity*), já que não se tem acesso detalhado às informações das carteiras desses fundos de investimento. Para os demais fundos de investimento, seus ativos são consolidados aos ativos do Fundo.

7 Emissões e resgates de cotas

Por decisão da Assembleia Geral de Cotistas, de 19 de janeiro de 2009, o Fundo permanece fechado para aplicações de novos investidores e aberto para novas aplicações dos cotistas atuais e, no caso de sua ocorrência, a possibilidade de novas aplicações deverá ser ofertada ao mesmo tempo a todos os cotistas, respeitada a proporção da participação de cada um no Fundo. No caso dos cotistas optarem por reinvestir recursos no Fundo, os demais deverão declarar o seu interesse, ou não, pela subscrição proporcional de novas cotas.

Por decisão dos cotistas na Assembleia Geral de Cotistas realizada, em 19 de janeiro de 2008, o Fundo permanece aberto para resgates, que serão realizados a pedido dos cotistas, para pagamento de acordo com o fluxo de caixa apresentado pela Gestora naquela Assembleia, de acordo com as novas alternativas de liquidez que devem ser buscadas pela Gestora e de acordo com a estratégia de recuperação de créditos implementada pela Gestora e que envolve, inclusive, a recuperação judicial.

Os resgates serão pagos ao mesmo tempo a todos os cotistas e serão efetuados proporcionalmente ao número de cotas detidas por cada um, com base no valor da cota do dia do pagamento. Por ocasião do pagamento de cada resgate, os cotistas poderão optar por manter os recursos no Fundo, a título de reinvestimento, mediante a aquisição de novas cotas, declarando o seu interesse, por escrito, a Administradora.

Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira de investimentos do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente ou que possam implicar na alteração do tratamento tributário do Fundo ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, a Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembleia Geral de Cotistas, no prazo máximo de um dia útil, para deliberar, no prazo de 15 dias corridos a contar da data do fechamento para resgate, sobre as seguintes possibilidades: (i) substituição da Administradora, da Gestora ou de ambas; (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do Fundo para resgates; (iii) possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários; (iv) cisão do Fundo; e (v) liquidação do Fundo.

8 Remuneração da Administração

a. Taxa de administração

A taxa de administração é paga mensalmente, sendo calculada sobre o patrimônio líquido diário à razão de 1% ao ano.

b. Taxa de performance

A Gestora faz jus a uma remuneração, a título de taxa de performance, correspondente a 20% sobre a valorização da cota que exceder 105% da variação do CDI, desde que o valor da cota ao final de cada período de cálculo seja superior ao valor da cota do Fundo por ocasião da última cobrança de taxa de performance. Essa remuneração é calculada diariamente, por aplicação, e o pagamento efetuado, quando devido, semestralmente, com base nos semestres findos em junho e dezembro de cada ano, podendo ser antecipado no caso de resgate de cotas.

c. Taxa de custódia

A taxa máxima cobrada pelo serviço de custódia do Fundo é de 0,034% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, sendo garantida uma remuneração mínima mensal de R\$ 0,6, a qual, a partir de 29 de junho de 2016, passou a ser corrigida anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

9 Custódia dos títulos da carteira

As cotas de fundos de investimento são escriturais e controladas pela Administradora.

Os títulos públicos federais são escriturais e suas custódias se encontram registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

Os títulos e valores mobiliários privados são escriturais e suas custódias se encontram registradas em conta de depósito em nome do Fundo na B3 S.A.

10 Prestadores de serviços

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administradora contratou os seguintes serviços:

Descrição	Prestador do serviço
Gestão da carteira de investimentos	Brasil Plural Gestão de Produtos Estruturados Ltda.
Distribuição, agenciamento e colocação de cotas do Fundo	A relação com a qualificação completa encontra-se disponível no website da Administradora.
Controladoria	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Custódia e tesouraria	Banco Bradesco S.A.

11 Tributação

a. Cotistas

Imposto de renda

O cotista do Fundo é uma entidade de previdência complementar dispensada da retenção na fonte e do pagamento separado do imposto sobre os rendimentos e ganhos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005, conforme previsto no Art, 5º da Lei nº 11.053/04.

Imposto sobre operações financeiras

De acordo com o Decreto nº 6.306/07 - *Regulamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - RIOF* e alterações posteriores, o Imposto sobre Operações Financeiras - IOF é calculado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor de resgate das cotas realizado pelos cotistas, limitado ao rendimento da operação, decrescente em função do prazo até a alíquota zero (após 30 dias da data da aplicação).

b. Fundo

Imposto sobre operações financeiras

De acordo com o Decreto nº 6.306/07 - *RIOF* e alterações posteriores, o IOF deve ser calculado, nas operações com derivativos realizadas pelo Fundo, à alíquota de 1% sobre o valor do contrato ajustado, na aquisição, na venda ou no vencimento de contrato derivativo que resulte em aumento da exposição cambial vendida ou em redução da exposição cambial comprada. A partir de 13 de junho de 2013, por meio do Decreto Federal nº 8.027/13, a referida alíquota foi reduzida a zero.

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31
 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de Reais)

12 Política de distribuição dos resultados

Os rendimentos da carteira de investimentos do Fundo são incorporados, diariamente, à posição dos cotistas.

13 Política de divulgação das informações

A divulgação das informações do Fundo aos cotistas é realizada por meio de correspondência, inclusive por meio de correio eletrônico (e-mail) e canais eletrônicos, incluindo a rede mundial de computadores (*world wide web*).

14 Rentabilidade do Fundo

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com 105% da variação do CDI, e o patrimônio líquido médio dos exercícios foram os seguintes:

Exercícios findos em	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade (%)	105% variação do CDI (%)(*)
31 de dezembro de 2019	13.696	(39,89)	6,23
31 de dezembro de 2018	21.931	(6,86)	6,74

(*) Benchmark do fundo e benchmark, parâmetro de referência, utilizado para cálculo da taxa de performance.

A rentabilidade obtida pelo Fundo no passado não representa garantia de rentabilidade no futuro.

15 Transações com partes relacionadas

Títulos, valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Fundo realizou operações de compra e venda de Títulos públicos federais, cuja contraparte foi o Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Brasil Plural Corretora") e/ou Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo ("Banco Brasil Plural"), corretora e banco integrantes do conglomerado financeiro do qual a Gestora também pertence. As características das respectivas operações estão demonstradas a seguir:

Títulos, valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	Tipo de transação	Montante das transações realizadas (R\$ mil)	Taxas médias de compra praticadas ao ano (%) (a)
DEBS	Compra	2.000	104,50% do CDI
Pós-fixadas - CDI	Venda	-	-

(a) Taxas apresentadas para compras de títulos e valores mobiliários privados de renda fixa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Fundo apropriou remuneração à Administradora e/ou a Gestora, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.

16 Limites operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, o Fundo possuía investimentos, no montante de R\$ 904, correspondentes a 7,35% do seu patrimônio líquido, em imóveis, recebidos pelo Fundo como pagamento de cédula de crédito bancário (CCB) vencidos. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, o Fundo encontrava-se desenquadrado em relação ao disposto nos artigos 2º e 3º da Instrução nº 555/14 da CVM, que determina que um fundo de investimento é destinado à aplicação em ativos financeiros.

17 Demandas judiciais

- a. O Fundo é réu no processo nº 1003728-61.2016.5.02.0205, reclamação trabalhista cujo objeto é a responsabilização solidaria das reclamadas, tutela antecipada para levantamento do FGTS, horas extras, pagamento das verbas rescisórias, salários atrasados, férias em dobro mais 1/3, 13º salários, indenização por dano moral, entrega de guias, multa de 40%, multas dos artigos 467 e 477 da CLT, indenização do seguro desemprego e expedição de ofícios. Em 11 de janeiro de 2019, foi proferida sentença informando a responsabilização do Fundo. Após a sentença foram apresentados recursos pelo Fundo, tendo em 14 de outubro de 2019, sido publicado acórdão mantendo a responsabilidade solidária do Fundo. Contra essa decisão foram apresentados embargos de declaração em 18 de outubro de 2019. O valor da causa foi estimado em R\$ 500 e há depósito recursal no valor de R\$ 9. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram a ação em questão e classificaram a probabilidade de perda desta demanda como possível.
- b. O Fundo é réu no processo nº 0000411-18.2015.5.02.0202, reclamação trabalhista cujo objeto é a responsabilização solidaria das reclamadas, tutela antecipada para levantamento do FGTS, horas extras, pagamento das verbas rescisórias, salários atrasados, férias em dobro mais 1/3, 13º salários, indenização por dano moral, entrega de guias, multa de 40%, multas dos artigos 467 e 477 da CLT, indenização do seguro desemprego e expedição de ofícios. Em 11 de abril de 2016, foi proferida sentença informando a responsabilização do Fundo. Após a sentença foram apresentados recursos pelo Fundo, tendo em 18 de outubro de 2018, sido apresentado impugnação de cálculos da reclamante e em 12 de junho de 2019, o perito apresentou laudo no valor de R\$ 205. O valor da causa foi estimado em R\$ 40 e há depósitos recursais no montante de R\$ 35. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram a ação em questão e classificaram a probabilidade de perda desta demanda como provável.
- c. O Fundo é réu no processo nº 0002178-31.2014.5.02.0201, reclamação trabalhista cujo objeto é a responsabilização solidaria das reclamadas, tutela antecipada para levantamento do FGTS, horas extras, pagamento das verbas rescisórias, salários atrasados, férias em dobro mais 1/3, 13º salários, indenização por dano moral, entrega de guias, multa de 40%, multas dos artigos 467 e 477 da CLT, indenização do seguro desemprego e expedição de ofícios. Em 08 de agosto de 2016, foi proferida sentença informando a responsabilização do Fundo. Após a sentença foram apresentados recursos pelo Fundo, tendo em 21 de outubro de 2019, sido publicado acórdão afastando a responsabilidade do Fundo e em 14 de novembro de 2019, foi indeferido recurso apresentado pela reclamante. O valor da causa foi estimado em R\$ 500 e há depósito recursal no montante de R\$ 9. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram a ação em questão e classificaram a probabilidade de perda desta demanda como possível.
- d. O Fundo é réu no processo nº 0001697-34.2015.5.02.0201, reclamação trabalhista cujo objeto é a responsabilização solidaria das reclamadas, tutela antecipada para levantamento do FGTS, horas extras, pagamento das verbas rescisórias, salários atrasados, férias em dobro mais 1/3, 13º salários, indenização por dano moral, entrega de guias, multa de 40%, multas dos artigos 467 e 477 da CLT, indenização do seguro desemprego e expedição de ofícios. Em 01 de setembro de 2016, foi proferida sentença informando a responsabilização do Fundo. Após a sentença foram apresentados recursos pelo Fundo, tendo em 16 de abril de 2019, sido interposto agravo de instrumento pelo fundo. O valor da causa foi estimado em R\$ 88 e há depósitos recursais no montante de R\$ 38. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram a ação em questão e classificaram a probabilidade de perda desta demanda como possível.

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

- e. O Fundo é autor do processo nº 0384846-54.2009.8.19.0001, relativo a execução de título extrajudicial movida em face da Expresso Cruzeiro do Sul Ltda., Carlos Lopes Machado e Fátima Perdonati da Silva, cujo objeto é a execução das CCBs nºs 82, 83 e 84, de valor histórico de R\$ 3.435, e valor atualizado de R\$ 15.126. Atualmente, buscam-se bens capazes de satisfazer a dívida. Os assessores jurídicos do Fundo classificaram a probabilidade de êxito da demanda como possível.
- f. O Fundo é autor do processo nº 0230447-67.2009.8.19.0001, relativo a execução de título extrajudicial movida em face da Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda e garantidores, cujo objeto é a execução da CCB nº 02119/06, de valor histórico de R\$ 1.089, e valor atualizado de R\$ 4.859. Em 26 de novembro de 2008, foi distribuída a recuperação judicial da devedora Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda. (processo nº 0384823-45.2008.8.19.0001), a qual foi convolada em falência em 24 de abril de 2012. Atualmente, buscam-se bens capazes de satisfazer a dívida. Os assessores jurídicos do Fundo classificaram a probabilidade de êxito da demanda como possível.
- g. O Fundo é autor do processo nº 0042264-18.2010.8.19.0021, relativo a execução de título extrajudicial movida em face da Newpet Indústria e Comercio de Plástico Ltda. e garantidores, cujo objeto é a execução da CCB nº 65, de valor histórico de R\$ 4.508, e valor atualizado de R\$ 18.371. Em 12 de abril de 2012, foi distribuída a recuperação judicial da devedora Newpet Industria e Comercio de Plásticos Ltda. (processo nº 0019590-75.2012.8.19.0021). Atualmente, buscam-se bens capazes de satisfazer a dívida. Os assessores jurídicos do Fundo classificaram a probabilidade de êxito da demanda como possível.
- h. O Fundo é autor do processo nº 042253-86.2010.8.19.0021, relativo a execução de título extrajudicial movida em face da Alutech Alumínio Tecnologia Ltda. e garantidores, cujo objeto é a execução das CCBs nºs 61 e 62, de valor histórico de R\$ 8.975, e valor atualizado de R\$ 36.573. Em 12 de setembro de 2014, foi distribuída a recuperação judicial da devedora Alutech Alumínio Tecnologia Ltda. (processo nº 0055067-91.2014.8.19.0021). Atualmente, buscam-se bens capazes de satisfazer a dívida. Os assessores jurídicos do Fundo classificaram a probabilidade de êxito da demanda como possível.
- i. O Fundo é autor do processo nº 0167176-49.2010.8.26.0100, relativo a execução de título extrajudicial movida em face de Julian Marcuir Indústria e Comércio Ltda. e garantidores, cujo objeto é a execução da CCB nºs 129, de valor histórico de R\$ 1.963, e valor atualizado de R\$ 18.960. Atualmente, buscam-se bens capazes de satisfazer a dívida. Os assessores jurídicos do Fundo classificaram a probabilidade de êxito da demanda como possível.
- j. O Fundo é autor da ação de execução nº 0215840-14.2010.8.26.0100, cujo objeto é a cobrança de onze Cédulas de Crédito Bancário ("CCBs") emitidas pela Indústria de Papéis Sudeste Ltda. e garantidores em favor do Lemon Bank Banco Múltiplo S.A. e por este transferidas ao Fundo, que alcançavam o valor de R\$ 33.960 em 22 de novembro de 2010. Atualmente buscam-se bens capazes de satisfazer a dívida. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram a ação em questão e classificaram a probabilidade de perda desta demanda como possível. Paralelamente, o Fundo é parte no processo de embargos à execução nº 1063726-68.2013.8.26.0100 movido pelos avalistas das CCBs e suas esposas. Em 30 de janeiro de 2019, foi publicada sentença reconhecendo a ilegitimidade passiva ad causam das coexecutadas esposas dos avalistas das CCBs, que teriam participado da operação com finalidade de prestar outorga uxória, e condenou o Fundo ao pagamento de honorários de sucumbência na ordem de R\$ 4.622 correspondentes a 10% do valor da causa e 50% das custas no valor aproximado de R\$ 44. Com relação a referida sentença ambas as partes interpuseram Recursos de Apelação que encontram-se pendentes de julgamento. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram os embargos à execução e classificaram a probabilidade de manutenção da condenação em relação às coexecutadas como provável.

INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

- k.** O Fundo é detentor de créditos decorrente das Cédulas de Crédito Bancário números 95, 96, 97 e 120, emitidas pela Indústria de Papéis Sudeste S.A. ("Papéis Sudeste") em favor do Lemon Bank Banco Múltiplo S.A. (atual AndBank), com valor envolvido de R\$ 16.530. O Fundo habilitou-se no processo de recuperação judicial e paralelamente encontra-se em curso o Agravo de Instrumento nº 0039188-68.2018.8.19.0000, interposto pelo Fundo contra a decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial da Papéis Sudeste, ora em fase de Agravo em Recurso Especial de nº 1.592.214. Os autos estão conclusos e aguarda-se o julgamento. Os assessores jurídicos do Fundo entendem que as chances dos processos dependerão da recuperação dos ativos, sendo esta a dependente das circunstâncias do caso concreto.
- l.** O Fundo é réu não ação revisional e indenizatória 0003186-59.2017.8.19.0057 movida pela Papéis Sudeste e outros, no valor de R\$ 28.778. No momento, aguarda-se a citação positiva de todos réus, assim como a designação de audiência de conciliação, para que, sendo ela infrutífera, seja iniciado o prazo de contestação. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram a ação em questão e classificaram a probabilidade de perda desta demanda como possível.
- m.** O Fundo é credor da Zoomp S.A. em razão de créditos oriundos das CCBs nºs 32, 165, 166, 167, 175, 220, 240, 252 e 253, das quais parte é garantida por alienação fiduciária de ações da Zoomp e parte por cessão fiduciária de direitos decorrentes de compra e venda e de mercadoria. A devedora se encontra atualmente em recuperação judicial, processo nº 0006207-93.2009.8.26.0068. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram a ação em questão e classificaram a probabilidade de perda desta demanda como possível.
- n.** O Fundo é autor do processo nº 0165263-32.2010.8.26.0100, de execução de título extrajudicial movida contra Ebate Construtora Ltda. ("Ebate") e garantidores para cobrança de dívida decorrente das Cédulas de Crédito Bancário números 14, 15 e 16, emitidas pela Ebate em favor do Lemon Bank Banco Múltiplo S.A. (atual AndBank), no valor total de R\$ 18.218. Atualmente buscam-se bens capazes de satisfazer a dívida. Os assessores jurídicos do Fundo classificaram a demanda como de risco de perda remota do ponto de vista jurídico.
- o.** O Fundo é autor do processo nº 0436707-74.2012.8.19.0001, movido em face da Global Capital 2000 Administradora de Recursos Financeiros Ltda., gestora do Fundo até 1 de agosto de 2010, cujo objeto é a sua responsabilização por prejuízos causados na gestão do Fundo. O valor da causa na data de sua distribuição era de R\$, 107.589, com valor atualizado de R\$ 168.108. Atualmente o processo se encontra na fase de discussão dos honorários do perito indicado pelo juízo. Os assessores jurídicos do Fundo avaliaram a ação em questão e classificaram a probabilidade de perda desta demanda como possível.

18 Eventos subsequentes

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer previsão como seu impacto final. Adicionalmente, certas ações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e a Rússia também trouxeram aumento na volatilidade nos mercados financeiros e de capitais. Estes eventos podem ter um impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global, o que poderia trazer reflexos na precificação subsequente da carteira do Fundo, todavia salientamos que eventuais reflexos originados dos ativos líquidos são capturados no processo de precificação dos ativos e refletidos no valor da quota que vem sendo divulgada diariamente ao mercado. A Administradora e a Gestora não acreditam que haja impacto financeiro nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, como resultado destes eventos subsequentes, estão monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

19 Informações adicionais

- a.** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administradora não contratou serviços da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor externo, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor externo não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses próprios.
- b.** Em Fato Relevante, de 30 de novembro, de 2018, a Administradora comunicou aos cotistas do Fundo que o mesmo sofreu, no fechamento do dia 29 de novembro de 2018, um impacto negativo de R\$ 1.805, equivalente a 8,8% de seu patrimônio líquido, em virtude da reavaliação do preço das CCBs de emissão da Zoomp S.A. - Em Recuperação Judicial.
- c.** Em Fato Relevante, de 4 de abril de 2019, a Administradora comunicou aos cotistas do Fundo que o mesmo sofreu, um impacto negativo de R\$ 3.060, equivalente a 19,87% de seu patrimônio líquido, em virtude da reavaliação dos imóveis "Fazenda Velhas e Ventenas" e "Fazenda São Domingos", no qual o Fundo é proprietário.

* * *

Carlos Alberto Saraiva
Diretor

Marcio Mota de O. Azevedo
Contador
CRC RJ-071838/O-0